

ISSN 2525-6904



NÚMERO ESPECIAL



Dilemas de uma maternidade consciente

A quantas anda a conversa dos feminismos com tudo isso?

Rosamaria CARNEIRO, *Universidade de Brasília*

Este artigo se dispõe a refletir sobre os contornos da noção de “maternidade consciente”, veiculada no Brasil, sobretudo, a partir dos anos 2000 e junto do ideário do parto humanizado. Decorridas quase duas décadas dos princípios de sua circulação e prática, pareceu-nos interessante descrever os sentidos que tem sido a ela atribuídos pelas próprias mulheres, partindo mais especificamente da reação esboçada na plataforma Não me chamo mãe. Esse mapeamento nos permite refletir sobre as relações possíveis entre maternidades e feminismos na contemporaneidade, um enlace nem sempre simples e tampouco nítido. Nesses encontros e desencontros, de diferentes tintas, despontara a relação entre a maternidade e o seu valor econômico ao longo dos tempos. Um aspecto recentemente integrado a leitura feminista do assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismos. Maternidade consciente. Economia. Trabalho.



Para iniciar: a crítica das mães como a dobra do movimento

Se no começo dos anos 2000 a ideia de parir sem intervenções e não por meio de uma cesárea, ao redor do que é cada vez mais reconhecido como “parto humanizado” ou “parto mais natural” (Carneiro, 2015), era algo bastante restrito a pessoas que circulavam por determinados universos, tido como “mais naturalistas” e holistas (Souza, 2012 e Tornquist, 2004); nos dias de hoje muitas dessas ideias parecem ter se espreado, por vezes, numa velocidade impressionante e sem terem mais um nicho de pessoas que as observam. Parir de maneira “mais natural” e *maternar* de modo inspirado no que é conhecido como “criação com apego”¹ e “comunicação não violenta”² parece não ser mais algo de alguns poucos grupos de mulheres e “casais grávidos”, como observou Salem (2007) em sua etnografia nos anos de 1980; com características fixas ou com um determinado *ethos* de vida. Pelo contrário, muitas e diferentes mulheres de camadas médias, é certo que ainda em sua maioria, inspiram-se em tais ideias/teorias nos dias atuais, como se pode depreender dos números de grupos de mães em redes sociais, blogs e sites sobre o assunto.

Crescem progressivamente as experiências femininas de parto vaginal, normal e/ou natural (Carneiro, 2015), bem como as mães com

1 Criação com apego, em linhas gerais, é uma espécie de teoria de como criar os filhos advinda de alguns pediatras norte-americanos e que propõe o contato físico e a dedicação emocional para as crianças. Desponta muito envolta na ideia de afeto e de disponibilidade real para a criança, vista aqui como um sujeito emocional a ser igualmente considerado como qualquer outra pessoa. Entre suas práticas estão: colo, amamentação em livre demanda, valorização dos pensamentos e fala das crianças, cama compartilhada e uso de carregadores. Entre tantas outras práticas.

2 Comunicação não-violenta é um conjunto de ferramentas para uma convivência real e pacífica, também amparada em uma série de técnicas, tem sido empregada em muitos cenários da vida social, desde empresas até os relacionamentos. O foco é dizer antes de como se sente para não atribuir ao outro as responsabilidades das situações. Marshal Rosenberg foi o primeiro a escrever e teorizar sobre o assunto.



*slings*³; camas compartilhadas⁴; em amamentação livre demanda⁵; com introdução alimentar de seus filhos baseadas em teorias como BLW ou alimentação orgânica, caseira e natural⁶; escolas Waldorf; movimento de crítica do excesso e sequelas de vacinas e de mulheres mães que redirecionaram suas vidas profissionais para passarem mais tempo com os seus filhos, em nome do empreendedorismo materno ou de ter uma vida mais presente na infância de suas crianças. Por outro lado, para além de uma revolução do doméstico, mulheres mães brasileiras também têm tomado as ruas, como se viu na Marcha Fora Cunha⁷ e Marcha pelo Parto em Casa⁸, requerendo o direito de parir em casa e o não retrocesso na legislação sobre aborto legal. Mães que têm exposto os seus corpos grávidos em passeatas e os de seus filhos, mas também em registros fotográficos que antes apresentavam corpos tapados; mulheres que se dizem, em alguns casos, mães e feministas. Preocupadas em como educar os seus filhos, como refletir sobre os papéis de gênero, sexualidade, cultura do consumo e assim sucessivamente. Tudo isso no que pretendo pensar aqui como uma “maternidade reflexiva”, a lá Giddens (2003); mas que também aparece, no universo êmico, como “maternidade ativa” e “maternidade consciente”.

Em alguma medida, ser mãe nas camadas médias e, para alguns desses grupos, parece significar que tudo essa mulher tem que saber para criar o seu filho. Se nas camadas populares o conhecimento é passado

3 *Slings* são carregadores de bebês, geralmente de pano, inspirados nas práticas das mulheres indígenas e de mulheres africanas e orientais que historicamente carregaram seus filhos junto aos seus corpos.

4 Camas compartilhadas: as crianças dormem na cama com seus pais. Muitas desde pequenas até a idade que os pais decidam mais adequado. Entende-se que pode oferecer maior segurança emocional as crianças.

5 Amamentação livre demanda: a criança mama quando solicita, as mães não seguem mais os horários prescritos anteriormente pelos pediatras. Segue-se amamentando até a idade desejada pela criança.

6 Introdução alimentar BLW: método que se baseia na autonomia da criança para segurar os alimentos com as mãos, em pedaços e inserí-los diretamente em sua boca.

7 Marcha Fora Cunha aconteceu em muitas cidades brasileiras no ano de 2015, quando as mulheres saíram as ruas para protestar contra a iniciativa de lei de retrocesso ao aborto legal no Brasil.

8 Marcha pelo Parto em Casa aconteceu em 2012 também em muitas cidades do Brasil como reação a retaliação que o médico obstetra Jorge Kuhn sofreu do CRM após dizer que uma gestação de baixo risco poderia terminar em um parto em casa.



oralmente, mas também ditado pelo Estado e pelas políticas de saúde, como vimos nos escritos de Robles (2015) sobre os agentes comunitários e “pedagogia da gestação” no Recife e no Rio de Janeiro; nas camadas médias, as mulheres atualmente precisam ler, participar de cursos e assistir filmes para saber parir, para saber criar, para saber alimentar e para saber cuidar. E, não raro, ao contrário do que ocorrera com o advento da biomedicina no Brasil, como bem retrata os escritos de Freire Costa (1979) no Brasil colônia, em nossos dias, não mais o médico é o padre/o confessor ou guia das mulheres, aquele que lhes aconselha e lhes diz como proceder. Contemporaneamente, as mulheres mães têm de se informar, critica e individualmente, sobre o melhor modo de exercer o seu papel de mães e cuidadoras, ainda que isso implique em questionar os doutores da biomedicina. Vale dizer, um pacote ou uma árdua tarefa amparada na ideia de “afeto”, mas também de “natureza”, como bem exposto nos escritos de Pulhez (2015). Esse ao menos poderiam ser alguns dos pontos a serem elencados pelas próprias mulheres e profissionais de saúde, ativistas do parto humanizado e dos direitos da primeira infância. Um discurso, portanto, produzido e disseminado a partir dos debates sobre partos mais naturais, um resultado seu que segue além do momento do nascimento.

Desse modo, pode-se dizer que, por um lado, cresce o movimento social de mulheres mães, um movimento político, que pauta a partir dos anos 2000, uma reconfiguração dos slogans *o meu corpo me pertence e o pessoal é político* dos anos de 1980, pois fazem do parto e do direito ao aborto, bem como de uma assistência médica respeitosa aos seus corpos a sua bandeira, mas também tornam o ato de criar filhos um ato político, uma espécie de “cuidado com o mundo”, como poderíamos pensar com Hannah Arendt, fazendo da maternidade uma “maternidade consciente” e uma “maternidade reflexiva”. Recentemente, exploro essa potência política (Carneiro, 2015), que tem solo no corpo e no movimento de mulheres mães, mostrando o quanto a maternidade e/ou a maternagem também é/pode ser feminismo, no plural e que assim tem se posicionado, rompendo com a ideia de que a rua não pode ser ocupada pelas mães. Em uma espécie ou possível subversão da leitura de a casa e a rua brasileiros (DaMatta, 1997), as mulheres brasileiras têm ocupado os espaços públicos com debates domésticos, como partos e criação.

Junto com esse engajamento e transformação da maternidade em camadas médias, tem, entretanto, despontado também mulheres que questionam os limites dessa “maternidade consciente” e que passam



agora, bem mais recentemente, a fazer a sua crítica. Elas são as mulheres que se sentem sobrecarregadas, sem tempo para si e, grifo aqui, “cansadas” e/ou “exaustas”. Não por acaso, recentemente, circulara nas redes sociais a notícia de que as mães seriam as mais cometidas pela Síndrome de *Burnout*, esgotamento ou apagão, mais um diagnóstico do mundo psi, uma patologia ou um desvio – semelhante a uma depressão, mas proveniente de um esgotamento físico e mental. Não terceirizar os filhos, o que significaria colocá-los na escola desde cedo, ter uma babá *full time* e não amamentá-lo com leite em pó, o que centraliza o alimento na figura da mãe, todas práticas dos anos de 1980, parece assim, ao menos nesses discursos, sobrecarregar mulheres mães de camadas médias que optaram por uma maternidade mais natural ou consciente.

De onde viria esse discurso? Por um lado, da própria biomedicina que tem escrito e diagnosticado o sofrimento das mulheres mães a partir dessa leitura, mas o curioso é que também das próprias mulheres, tanto das que aderiram a tais regras de comportamento, quanto das que nunca as vivenciaram por livre opção ou por nunca terem questionado o “modelo cesárea, leite em pó, babá e papa Nestlé”, por uma gama de razões.

É nesse grupo de mulheres mães, em suas falas e escritos que pretendo me concentrar. Escreverei portanto sobre as mulheres de camadas médias que aderiram a uma “maternidade consciente” em um primeiro momento, mas a tem criticado de maneira severa e assim questionado o que seriam os direitos sexuais e reprodutivos dessas mães, para pensarmos sobre os limites dos encontros entre maternidades e feminismos. Não mais a partir da bibliografia que os separava e tampouco da que passou a atrelá-los. Porém, acompanhando as mudanças discursivas dos últimos cinco anos nesse universo do ideário do parto humanizado, construir outras interpretações, contemporâneas e atravessadas por novas questões.

Da prisão da maternidade consciente: mulheres cansadas

Em 14 de novembro de 2017, um post intitulado “A minha prisão na maternidade consciente” foi publicado na plataforma *Não me chamo mãe* e causou certa polêmica no universo materno virtual. Essa plataforma, per si, já tem por chamada uma ideia bastante diferente da



que circula no restante da blogosfera materna. Diz-se um espaço em que Ser mãe não nos define.

Sim, somos mães, mas também somos Carolinas, Priscilas, Brunas, Teresas, Fátimas, Fernandas, Natálias, Rebecas, Rejanas, Anas e Livias. Parimos naturalmente, fizemos cesariana, abortamos, adotamos e perdemos umx filhx. Somos negras, brancas, da cidade, do interior, da serra e da praia. Somos da favela, do asfalto, da Zona Norte, da Zona Sul e da Baixada. Somos putas e santas, escandalosas e tímidas. Gostamos de homem e também de mulher. Vivemos relações a dois, a três, a quatro, de quatro e em pé e dormimos de conchinha debaixo do edredom. Queremos sexo todo dia, não queremos nunca mais também. Trabalhamos dentro e fora de casa. Somos artistas, engenheiras, economistas e cozinheiras. Somos casadas, solteiras, viúvas, divorciadas, traumatizadas e apaixonadas. Somos religiosas e atéias. Somos caretas e loucas, do lar e do bar, do dia e da noite. Somos também avós, tias, primas, irmãs, vizinhas e cunhadas.

Ser mãe não nos define. Ser mãe é apenas mais um aspecto das nossas vidas. Acima de tudo somos todas MULHERES (gripo meu)

O Não me Chamo Mãe é um espaço pensado e criado por mulheres que travam a batalha diária de ser **MÃE x ser MULHER**. Aqui queremos abordar assuntos que vão além dos cuidados diários de umx bebê, sobre amamentação, alimentação, criação e educação.

Queremos dar voz as mulheres que **(re)nasceram pós-maternidade**, a relação delas com essa nova vida, do que gostam e não gostam, dos seus sonhos e angústias, dos seus trabalhos e carreiras, o que amam fazer, ouvir e pra onde querem ir.

Além disso queremos trazer para a roda os tabus e polêmicas levantados e discutidos somente em grupos fechados e secretos de mães das redes sociais, pois fazer isso é só chover no molhado. **Vamos fazer barulho juntas e aqui só tem espaço pra papo reto.**

O post que recentemente tem mais circulado e sacudido as reflexões maternas de camadas médias, carrega o seguinte conteúdo e tenciona esse universo:

A coisa é mais ou menos assim: quando estou no trabalho penso que as crianças estão sentindo minha falta, quando estou com as crianças, penso que deveria estar trabalhando porque é isso que queria estar fazendo nesse momento da minha vida. E aí a gente convive com essa questão interna. Mas eu não quero só trabalhar e ficar só com as crianças nos minutinhos que sobra. Eu quero trabalhar, quero fazer



ginástica, quero sair pra beber, quero um monte de outras coisas. **Quero dedicar o MEU tempo só pra MIM.** Acontece que o meu tempo já não é mais só meu. E isso dá raiva. Vamos falar da raiva? Isso dá muita raiva. Dá raiva de mim e muitas vezes dá raiva das crianças – que eu sei que não têm nada com isso. – (explicação motivada pela?). E aí a gente tem crianças lindas, saudáveis, que fazem a gente rir, que fazem a gente liberar ocitocina diariamente, que são deliciosas, mas que tomam o nosso tempo, e que por isso, pelo simples fato de existirem, geram raiva. Mas a gente não pode (?) falar isso. Não podemos ficar com raiva porque, né? Maternagem ativa, parto humanizado, o caralho a quatro, a gente tem que ir pra onda do hashtag gratidão. Gratidão universo, gratidão essa ocitocina toda, gratidão essa vida que veio através de mim, gratidão crias saudáveis, gratidão, gratidão, gratidão! Gratidão é o caraleo! **Eu quero a minha vida e o meu tempo só pra mim!**

Esse movimento da maternagem ativa pode aprisionar ainda mais a gente. Sinceramente! O seu tempo não é só seu e o tempo que sobra você precisa gastar com seus filhos. “*Você deve isso a eles*”. Deve? A gente está sempre devendo nessa porra toda! E o marido? E a transa? E o jantar romântico, o vinho, a relação? E você? No meio disso tudo tem você! Nesse raciocínio atual do que é ser uma boa mãe, você está laaaaa trás. E isso não deveria ser assim.

No corpo do post a autora segue e reconhece o seu pertencimento a uma camada social privilegiada, assim como o fato de contar com seu marido presente na criação de seus filhos, mas questiona a falta de tempo para si e atribui todas as suas queixas ao que chama de “prisão da maternidade consciente”.

Elisabeth Badinter, muito mencionada no Brasil a partir dos anos de 1980, por sua ideia de “mito do amor materno”, voltou a cena em 2010, com a publicação de *O conflito: a mulher e a mãe*, ao pensar sobre a queda da natalidade na Europa e “uma nova ofensiva naturalista” entre as mulheres francesas dessa época. Segundo ela, o desejo contemporâneo de parir e de amamentar naturalmente, tornar-se-ia uma “ditadura do aleitamento materno” e um retorno a natureza da qual as feministas ao longo de décadas tentaram tanto escapar. Tudo isso, a seu ver, na realidade, sobrecarregaria as mulheres e representaria, a bem da verdade, uma trampa contemporânea para aquelas que ocupam o mercado de trabalho e exercem os seus direitos sociais e políticos tão duramente conquistados.



Na época da publicação da tradução no Brasil, o argumento parece não ter adquirido força ou tampouco ter encontrado eco entre as mulheres mães adeptas de tais filosofias. Talvez porque em tal fase ainda nos víssemos imersas na reivindicação pelos direitos de parir vaginalmente e aleitar fisiologicamente. Ainda que Tornquist, em 2005, já tivesse pedido atenção para o que o movimento do parto humanizado poderia representar em termos de retorno à natureza.

Cenário bastante diverso do que se encontra atualmente, quase uma década depois e que encontra muitas ressonâncias na plataforma virtual *Não me chamo mãe*, aqui tematizada como caso empírico. Os desabafos das 25 diferentes mulheres que ali escrevem, no limite, apontam para a insatisfação e sobrecarga física, emocional e laboral de algumas mulheres que aderiram a essa “maternidade consciente” e/ou “maternidade naturalista”. Se o seu texto de abertura abriga a ideia de que as mulheres mães são muito mais do que mães e que não podem ser reconhecidas somente como tais pessoas e que estão cansadas e querem tempo para si mesmas, pouco depois encontramos um outro texto ali publicado com o seguinte título: “Livre demanda para quem?”. Referindo-se a filosofia de amamentar o bebê conforme o seu desejo, ou seja, sem horários fixos e em determinada quantidade, o que implica na mãe estar ali a todo momento e em todos os espaços, talvez noites inteiras, a autora pondera ser livre a demanda somente para uma pessoa da diáde, enquanto que para a mãe seria “uma prisão”.

Dessa maneira, as mulheres do *Não me chamo mãe*, que se anunciam notadamente como plurais em termos de pertencimento social, religioso, conjugalidade, local de moradia, raça/cor e tipos de parto, questionam algumas das consequências de uma “maternidade naturalista”, sobretudo, o peso das tarefas sociais e de cuidado gerados sobre si mesmas, e por isso demandam serem reconhecidas mais do que mães, mas como mulheres que vivem, sofrem e reinventam muitas de suas experiências. Em alguma medida, os seus relatos podem ser articulados a noção de “carga mental” que seria suportada pelas mulheres e mais expressivamente por mulheres mães contemporâneas recentemente veiculada em uma charge virtual da cartunista francesa Emma⁹. Tais quadrinhos circularam no Brasil com selo do Bandeira Negra e pareciam mais como pólvora dada a velocidade de sua difusão.

9 Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2017/05/quadrinho-explica-porque-as-mulheres-se-sentem-tao-cansadas/>



Em suas lâminas o conceito de “carga mental” ganha contornos como a sobrecarga de trabalho que as mulheres experimentam em seu cotidiano doméstico, haja vista terem de limpar, cozinhar, cuidar dos filhos, administrar o que falta, levar ao médico, trabalhar fora de casa e assim ter mais do que historicamente tem sido conhecido como “dupla jornada”. A carga seria mental pois adviria do trabalho de pensar sobre como organizar tudo, além de supervisionar todas as tarefas necessárias. Um trabalho permanente. Os quadrinhos receberam o título de *Era só pedir...* em uma referência a resposta dos homens que assim se posicionam ao serem indagados da falta de participação nas tarefas de casa e do cotidiano.

Nos últimos anos temos refletido sobre a expressão **cansaço** como uma categoria êmica do universo materno, inicialmente, a partir de outro contexto, em uma pesquisa sobre o cotidiano das mães de bebês com microcefalia no Recife (Carneiro, 2015). . Essas mães de camadas populares anunciam o cansaço de ter de cuidar exclusivamente de uma criança com deficiência e que demanda uma rotina de terapias de estimulação precoce, não andam, não falam e não se alimentam sozinhas. Reclamam da falta de tempo para si mesmas ou para fazer qualquer coisa, inclusive, trabalhar para manter suas casas. O cansaço nesse universo empírico nos parecera uma categoria nativa a ser descortinada em seus significados e nuances. Se vigora entre elas com desenhos bastante particulares por conta da deficiência de seus filhos e sua situação sócio-econômica; entre as mães de camadas médias adeptas de uma criação “mais natural”, que também envolve muita dedicação e abdição, a noção de cansaço também opera como significante de seus sentimentos, emoções e leituras de mundo. Essas mulheres têm sido do pleito pelo direito de parir, de amamentar, de não vacinar, de indagar o pediatra e de criticar a escola de seus filhos. Sabemos que o ditado “ser mãe é padecer no paraíso” não é de hoje, mas o **cansaço** contemporâneo aparece em outro registro, em que essas mulheres se veem mergulhadas em teorias médicas, maternas e de criação dos filhos das quais têm que se apropriar, desde o parto até a criação, para serem “boas mães”. Retorna assim a ideia de “boa mãe” ou para parafrasear o psicanalista “mãe suficientemente boa”, muitas vezes não somente por parte dos profissionais de saúde, mas das próprias mulheres que cobram de si mesmas (a partir desse ideário naturalista atual) um desempenho já pré-determinado, seja pelo abandono estatal e conjugal, como acontece



com as mulheres de periferia no Recife, seja pela adesão a teorias sociais que parecem aprisioná-las na anti-medicalização radical.

E os feminismos com tudo isso?

As mulheres do *Não me chamo mãe* definem a si mesmas como feministas, opõem-se à maternidade como único papel social e denunciam o seu potencial de subjugação na atualidade, criticando abertamente as teorias de “criação com apego”. Em seus textos dizem querer filhos, exercer a maternidade, mas de maneira livre, aberta e plural. Suas ideias, entretanto, não são unânimes entre as mães de camadas médias, adeptas do parto humanizado. Das respostas aos posts publicados em grupos e plataformas maternas diversas, depreende-se que algumas veem na “maternidade consciente” uma possibilidade de construção de si mesmas enquanto mulheres e pessoas e inclusive de se situarem no mundo. Algumas passam a trabalhar com o tema, escrevem sobre maternidade, conduzem grupos de outras mães, tornam-se pequenas empreendedoras, revisitam suas profissões e inserção no mercado de trabalho. Por tudo isso, consideram o conteúdo do *Não me chamo mãe* “radical” e “pesado”. Nem todas elas se dizem feministas ou atrelam suas práticas à liberdade, mas já foram assim percebidas em pesquisas e escritos sobre o tema (Carneiro, 2015).

Simone Diniz (2000), ao narrar as origens do Coletivo Feminista de Sexualidade de São Paulo, nos anos de 1980, antes mesmo da criação do PAISM (1983), pontua que a maternidade ali era enunciada como feminista a partir do momento em que fosse “voluntária, prazerosa e socialmente reconhecida”. Adrienne Rich, a poetisa e escritora americana, em *Nacemos de mujer* (2006), também escreve sobre a possibilidade de uma outra maternidade, que não como a prisão pensada classicamente por Simone de Beauvoir em *O segundo sexo*. Mas para isso diferencia a “maternidade instituição” da “maternidade experiência”. Na primeira, as mulheres agiriam sob mandatos, com regras externas e que lhe seriam impostas, representando a opressão desenhada por Badinter, uma maternidade compulsória. Enquanto na segunda, existiria um espaço autoral para cada mulher, uma dimensão política e liberdade para auto-definir-se como mães.

Dos casos enunciados, poderíamos trabalhar com a hipótese de que para as mulheres do *Não chamo mãe*, a “maternidade consciente”



atual poderia representar também a “maternidade instituição”, tanto quanto a ideia da mãe moderna do advento do capitalismo no século 18 da história ocidental. Mas, para tantas outras mães adeptas do parto humanizado, essa mesma ideia seria a da “maternidade experiência”, por elas construída. A começar sobre como pela escolha do modo de parir, na resistência às intervenções de seus corpos, na crítica da medicina intervencionista; na maternidade que reflete sobre a criação do mundo. Mas, esse mesmo ideário, avessamente, por esses outros olhos aqui apontados, poderia ser um tipo de “maternidade instituição”, que a coloca como espaço de não liberdade e ausência de si enquanto mulheres, sobretudo, depois do chamado feminismo da primeira onda, como pontuara Scavone (2004). *Não me chamo Mãe*, portanto, nos aponta para a pluralidade de desenhos de relação entre maternidades e feminismos e para os múltiplos e possíveis deslocamentos. Onde estariam os feminismos então quando pensamos e praticamos a maternagem? Eis a questão e muitas parecem ser as suas direções.

Lucila Scavone já havia empreendido levantamento análogo em *Dar a vida e cuidar da vida* (2004), quando historiciza essa relação ao longo das ondas do feminismo. Segundo a socióloga, em um primeiro momento, como um *handicap*, como a vivência que poderia sufocar as mulheres em seus sonhos e demandas, como o mandato biológico que as aprisionava, sobretudo, nas linhas e práticas do feminismo liberal, da “primeira onda”. Em um momento seguinte, mais a partir dos anos de 1980, teríamos experimentado a aproximação entre maternidade e feminismo, pensando-a como uma experiência da mulher a ser construída, singularizada, valorizada e respeitada. Época da luta por creches, licenças maternidades e de questionamentos sobre o olhar médico materno-infantil, típicos do que se convencionou chamar de “segunda onda” do feminismo ocidental. Para, por fim, chegarmos a um feminismo mais contemporâneo, o pós-estruturalista, dos anos de 1990 em diante, que rompe com noções fixas de experiência e de corpo e que, por isso, desestabilizaria a ideia de algo singularmente feminino, derretendo assim a densidade de uma experiência de maternidade alojada nos corpos das mulheres. O importante é que se, na primeira onda, era a maternidade vista com um *handicap*, na segunda, fora vista como potência, sinalizando-nos já esses múltiplos arranjos entre esse par feminismos-maternidades. Algo que ora se repete a partir da crítica das mulheres do *Não me chamo mãe*.



Ter ou não ter filhos pode ter também muitos significados e motivos, a depender do contexto social e da cultura. Nem sempre advém de um mandato social ou de um destino ao qual a mulher sucumbiu sem escolha. No mundo campesino, por exemplo, Woortman (1999) nos conta da existência de uma espécie de “cálculo social”, é preciso ter mais de um filho para que as pessoas possam ser reconhecidas entre os seus pares. Então, para além de ter de ter filhos, é preciso mais de um. Corozocass (2009), por sua vez, nos mostra que entre mulheres negras de periferia no Rio de Janeiro ter filhos representa uma proteção contra a solidão e velhice e também tem-se filhos por terem feito amor. Nesse universo, portanto, sexualidade e reprodução não veem dissociadas, diferente de grupos urbanos de camadas médias que planejam seus filhos (Salem, 2007). Ou então, de mulheres de periferia residentes de Porto Alegre como bem nos mostra Claudia Fonseca (1999) ao nos contar sobre a “circulação de crianças” como uma prática comum de doação de filhos na comunidade. Dessa maneira, ter filhos aparece com algo bastante diverso da ideia que operante entre as mulheres de camadas médias urbanas aqui analisadas. Com isso, ser mãe ou desejar ser mãe parece abrigar muitas nuances semânticas e configurações sociais. Ora, se até mesmo desejar ser mãe pode ser tão plural, diferente da ideia de um projeto pessoal ou social, como se vê no universo criticado pelas mulheres do *Não me chamo mãe*, muitas são também, por consequência, as conexões possíveis entre feminismos e maternidades.

Cuidado como trabalho: maternidades, feminismos e economia

Silvia Federeci, em *Revolución en punto certo. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas* (2018), recupera argumentos dos anos de 1970 na Europa e atualiza o debate sobre o trabalho doméstico não remunerado, discorrendo sobre a nova divisão internacional do trabalho” e “as políticas do comum”. Segundo a filósofa,

Decir que queremos un salario por el trabajo domestico que llevamos a cabo es exponer el hecho de que en sí mismo el trabajo domestico es dinero para el capital, que el capital ha obtenido y obtiene dinero de lo que cocinamos, sonreímos y tenemos relaciones sexuales. Al mismo tiempo demuestra que todo lo que hemos cocinado, sonreído y cojido a lo largo de todos estos años nos es algo que hicierámos porque fuese



fácil para nosotras que para cualquier otra persona sino porque no teníamos ninguna otra opción (2018, p. 38)

Federeci tornou-se bastante conhecida no Brasil a partir da publicação de *o Calibã e a Bruxa* (2017), obra que situa nas origens do capitalismo a caça às bruxas e a fundação do trabalho em casa e feminino com sua base, seu sustento, arrazoados também sustentados no livro acima anunciado. O interessante é que a feminista tem pautado o valor econômico do cuidado e assim colocado foco na importância do trabalho feminino para toda a existência do que atualmente entendemos como sistema econômico. Mais do que isso, requer o reconhecimento de seu valor e a sua conseqüente remuneração. No Brasil pouco ainda se escreveu sobre isso, Helena Hirata é conhecida como uma das autoras e pesquisadoras que tematiza o assunto, em que pese ser hoje professora na França. No entanto, no que tange à maternidade e ao trabalho da maternagem, pouco ou raramente se pautou o tema. Essa “maternidade consciente”, como vimos aqui, tão dedicada e direcionada à construção de uma pessoa equilibrada, amada e portanto importante para a sociedade como um todo e o seu futuro, não aparece como debate nos estudos feministas como um trabalho não remunerado, doméstico, mas base fundante da economia capitalista, nos termos de Federeci. Para a autora, a reprodução é um trabalho, portanto, gerar, gestar, parir e criar seriam todos trabalhos, trabalhos atravessados pelos afetos e pelo amor e distante da noção de trabalho como “tripalium” que vem do latim e significaria “castigo”. Mas trabalho, a ser reconhecido socialmente.

Seria esse o objetivo das mulheres do *Não me chamo mãe?* Pensamos que não, pois os argumentos ventilados na plataforma não tem esse caráter econômico. Mas nos últimos anos o debate sobre o care tem ganhado força na França e também no Brasil como sinalizam os estudos de Molinier (2014) e Debert (2014). Discute-se o caráter generificado do care, como o cuidado feminino ainda é compreendido como natural e como não trabalho, mesmo em contextos de uma relação contratual, como se observa da situação das imigrantes árabes que cuidam de idosos europeus.

Se no Brasil esse debate ainda tem contornos tímidos, há que se dizer que o assunto ganha forma e pesquisadoras. Recentemente o Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas publicou uma coletânea intitulada *Uso do tempo e gênero* (2017), pautando exatamente a quantidade, o valor e a invisibilidade do trabalho doméstico no Brasil. As pesquisas sobre o uso do tempo, por pressão internacional, chegaram ao



Brasil somente nos anos 2000, mas já são realizadas na Europa desde os anos de 1970, já que sobretudo na França os feminismos sempre se debruçaram sobre a “divisão sexual do trabalho”. Segundo os dados apresentados, as mulheres realizam muito mais trabalho doméstico não remunerado do que os homens, em média, 7 horas a mais semanalmente.

Considerando que a “maternidade consciente” propõe dedicação integral à criança, as mulheres desempregadas, que não trabalham fora de casa ou que têm as suas licenças-maternidade encerradas não tem o cuidado com os filhos reconhecido como trabalho a ser remunerado. E tampouco, depois, aquelas que trabalham fora, quando retornam ao trabalho, têm a “dupla ou tripla jornada” reconhecida, entram na franja do que as pesquisas sobre uso do tempo (PUTS) têm chamado de trabalho doméstico não remunerado. Para além de não remunerado, segundo Federeci, com o advento tornou-se um trabalho privado. Em seus termos,

... ha sido el advenimiento del capitalismo el que ha producido la privatización de la reproducción, un proceso que ha llegado a tal extremo que está destruyendo nuestras vidas. Necesitamos cambiar esto si queremos poner fin a la continua devaluación y fragmentación de nuestras vidas (2018, p. 294)

Uma situação para a qual propõe o “comum” como alternativa. Ou a coletivização dos cuidados com os filhos, um sistema que romperia com as bases do próprio capitalismo, mas também da ideia de família nuclear que o sustenta. Afinal,

Se la casa es el oikos sobre el cual se construye la economia, entonces son las mujeres, tradicionalmente las trabajadoras prisioneras domésticas, las que deben tomar la iniciativa de reclamar el hogar como centro de la vida colectiva, de una vida transversal a multiples personas y formas de cooperación, que proporcione seguridad sin aislamiento y sin obsesion, que permita el intercambio y la circulación de las posesiones comunitarias, y sobre todo que cree los cimientos para el desarrollo de nuevas formas colectivas de reproducción (2018, p. 297).

Para nada concluir

Diante do exposto, não é simples responder a quantas anda a relação entre “maternidade consciente” e feminismos, pois plurais são as



leituras de ambos. Essa nova maternidade contemporânea das camadas médias, a que Badinter denominaria como produtivo de uma nova “ofensiva naturalista”, pode ser interpretada como uma prática feminista frente ao controle médico e reapropriação dos próprios corpos (Carneiro, 2015). Mas, por outro lado, tem sido duramente criticada pelas mulheres do Não me chame mãe, que se sentem aprisionadas e sobrecarregadas, lidas tão somente como mães e seres assexuados e desconsiderados politicamente. No limite, as mães exercem um trabalho doméstico não remunerado, que sustenta o capitalismo, mas por ele é invisibilizado. Por isso, uma outra alternativa seria refletir sobre o cuidado como trabalho e sobre o seu valor econômico por um viés feminista, algo que já tem sido praticado na Europa e mais recentemente no Brasil. Ou ainda, nos rastros de Federeci, perceber o trabalho reprodutivo como o que historicamente se organizou a partir do comum e por meio das mãos das mulheres, mães e donas de casa, e que podem operar como prática de transformação do sistema capitalista como um todo, se valorizado em sua coletividade e potencialidade das comunas.

Se de um prisma ou de outro, o que importa parece ser constatar como a maternidade está muito além do que, a partir da modernidade, foi considerado doméstico, íntimo e privado, na medida em que capilariza para muitas outras searas da vida, ocupando-a em suas muitas linhas e ângulos... No limite, a maternidade é muito mais econômica do que poderíamos imaginar, ou do que nos permitiram imaginar...

Referências

BADINTER, Elisabeth. *O conflito: a mulher e a mãe*. SP: Relógio Dagua, 2010.

CARNEIRO, Rosamaria. *Cenas de parto e políticas do corpo*. RJ: Fiocruz, 2015.

COROZACSS, Valéria. *O corpo da nação*. RJ: UFRJ, 2009.

COSTA, Jurandir Freire. *A ordem médica e a norma familiar*. SP: Graal, 1979.

DAMATA, Roberto. *A Casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Ed. Rooco, 1997.



DEBERT, Guita. Arenas de conflito em torno do cuidado. In: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, pp. 33-45.

DINIZ, Simone et. al. *Saúde das Mulheres*. Coletivo Feminista de Sexualidade de São Paulo, 2000.

FEDERECI, S. *O calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. SP: Editora Elefante, 2017.

FEDERECI, S. *Revolucione en punto cero*. Trabajo domestico, reproduccion y luchas feministas. Buenos Aires: Tinta Limon Ediciones, 2018.

FONSECA, Cláudia. Quando um caso não é um caso. Pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, 1999. pp. 58-78

FONTOURA, Natália; ARAUJO, Clara e BARAJAS, Maria de la Paz. *Uso do tempo e gênero*. – Rio de Janeiro: UERJ, 2016. 268 p.

Giddens, A. (2003). *Modernidade e identidade* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MOLINIER, Pascale. Cuidado, interseccionalidade e feminismo. In: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, pp. 18-33.

PULHEZ, Mariana. *Mulheres mamíferas: práticas de maternidade ativa*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp, 2015.

ROBLES, Alfonsina. Regulações do corpo e da parentalidade durante o pré-natal entre mulheres jovens de camadas populares. In: *Civitas Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 190-213, abr.-jun. 2015

SALEM, Tania. 2007. *O casal grávido: disposições e dilemas da parceria igualitária*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 232pp.

SCAVONE, Lucila. *Dar a vida e cuidar da vida*. SP: Ed. Unesp, 2004.

SOUZA, Heloisa. *A arte de nascer em casa: um olhar antropológico sobre a ética, a estética e a sociabilidade no parto domiciliar contemporâneo*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação



em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC, 2005.

TORQUINST, Carmen Susana. *Parto e poder: uma etnografia do movimento de humanização do parto no Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC, 2004.

WOORTMANN, K. 1999. “*Um único filho não é filho*”. In: WOORTMANN, E.; GUIDI, M. & MOREIRA, M. *Respeito à Diferença: uma introdução à antropologia*. Brasília: Cespe.



Dilemas de una maternidad consciente: ¿a cuántas va la conversación de los feminismos con todo eso?

RESUMEN: Este artículo se dispone a reflexionar sobre los contornos de la noción de "maternidad consciente", transmitida en Brasil, sobre todo, a partir de los años 2000 y junto al ideario del parto humanizado. Después de casi dos décadas de los principios de su circulación y práctica, nos pareció interesante describir los sentidos que han sido a ella atribuidos por las propias mujeres, partiendo más específicamente de la reacción esbozada en la plataforma virtual No me llamo madre. Este mapeo nos permite reflexionar sobre las relaciones posibles entre maternidades y feminismos en la contemporaneidad, un enlace no siempre simple y tampoco nítido. En esos encuentros y desencuentros, de diferentes tintas, surgió la relación entre la maternidad y su valor económico a lo largo de los tiempos. Un aspecto recientemente integrado a la lectura feminista del asunto.

PALABRAS CLAVE: Feminismos. Maternidade consciente. Economía. Trabajo.

Rosamaria CARNEIRO

Doutora em Ciências Sociais pelo IFCH - Unicamp. Professora Adjunta da Universidade de Brasília. Autora de Cenas de parto e políticas do corpo (Fiocruz, 2015). Pesquisadora na área de gênero, saúde, sexualidade, direitos reprodutivos e políticas públicas. Uma antropóloga na Saúde Coletiva.

Recebido em: 24/02/2019

Aprovado em: 26/12/2019